

# Aumentam as dificuldades no caminho do *impeachment*

Samuel Pessôa

Pesquisador associado da FGV/IBRE

Até o início da última semana de março, o impedimento da presidente Dilma era o cenário básico, com elevadíssima probabilidade, de nove entre dez consultorias políticas. Este consenso desaguou no desembarque do PMDB do governo na terça-feira, 29 de março.

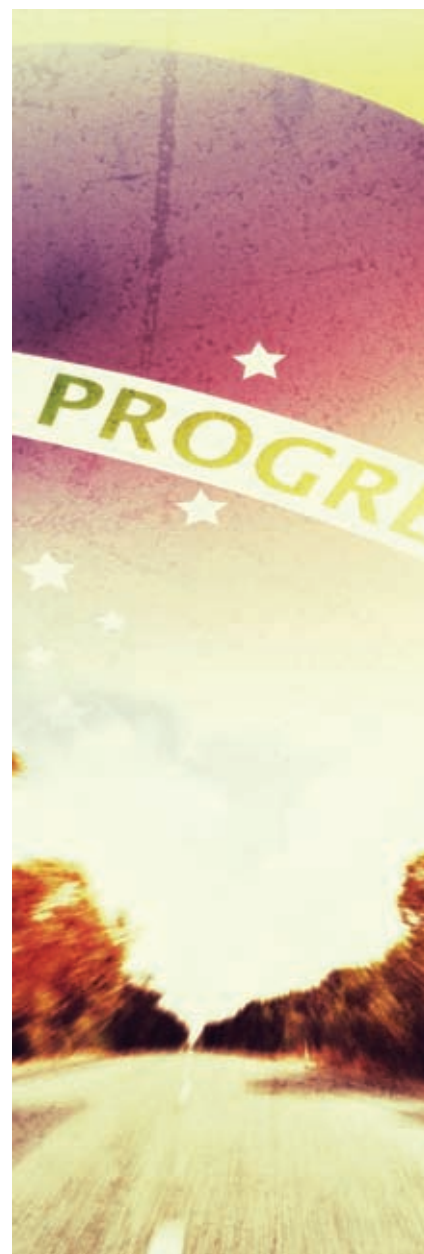
Como dizia Magalhães Pinto, política é como nuvem. Olhamos e está de um jeito. Olhamos de novo e já mudou. Dois fatos novos introduzem complexidades àquele cenário em que não se viam obstáculos ao impedimento da presidente.

O primeiro é que houve reação de setores da sociedade com mais intensidade do que se esperava. Ao menos do que a coluna esperava. Além dos movimentos sociais – 95 mil pessoas na Avenida Paulista em SP não é desprezível, em que pesem os ônibus e a mortadela –, setores importantes da opinião pública, como artistas e intelectuais, se organizam para barrar o impedimento. Mais ainda, conseguiram construir a narrativa falaciosa de que o processo de *impeachment* da presidente representa ruptura institucional.

Adicionalmente, logo em seguida à saída oficial do PMDB do governo, apareceram inúmeras fraturas no partido. Os ministros não estão mostrando muito desprendimento para abandonar o governo. A ministra Kátia Abreu, por exemplo, sinaliza que mudará de partido. E políticos peemedebistas se preocupam com o possível desgaste que podem ter em função das políticas de ajuste macroeconômico que serão necessárias.

Se é verdade que ser a cabeça do Executivo nacional representa muitos bônus, principalmente em um presidencialismo com presidente muito forte, como é o nosso caso, também é verdade que faz parte de nosso arranjo institucional a responsabilização do Executivo, por parte do eleitorado, pelo que diz respeito ao desempenho macroeconômico. Assumir no meio daquela que é provavelmente a maior crise dos últimos 120 anos não parece ser um bom negócio para parcela do PMDB.

A natureza do problema fiscal que teremos que enfrentar é mui-



to complexa. Deriva de um longo período durante o qual nossa sociedade, por meio do Congresso Nacional, criou e ampliou benefícios para diversos grupos, que oneraram o Tesouro. Há, de um lado, a lógica da ação coletiva típica de sistemas democráticos – grupos organizados conseguem passar no Congresso medidas que beneficiam poucos, à custa do Tesouro, e não

há defesa suficiente do interesse difuso –, à qual a democracia brasileira é particularmente suscetível. Além disso, existe o desejo legítimo da sociedade de atacar o problema histórico da desigualdade e da pobreza. Daí provêm demandas por aumento do salário mínimo, pelo programa Bolsa Família e por outras iniciativas na área social.

A grande maioria dos cidadãos é de alguma forma beneficiada por algum dos programas que terão que ser repensados e reajustados. Em outras palavras, as ruas estão equivocadas na ênfase exagerada na corrupção como principal fonte de todos os problemas nacionais.

Para manter a divisão feita acima, há gastos fiscais ou parafiscais que claramente não têm méritos distributivos, como a receita compulsória do Sistema S, que financia, por exemplo, a Fiesp; a Previdência do setor público, com seus proventos integrais ou próximos disto; a aposentadoria por tempo de serviço que resulta em aposentados aos 54 anos, tipicamente de classe média; a permissividade legal das greves de servidores, instrumento desequilibrado de barganha salarial; os diversos regimes tributários especiais, como o Simples e a tributação pelo lucro presumido; as gratuidades que se estendem aos ricos, como a dos idosos no sistema de transporte ou dos estudantes em universidades públicas; o crédito direcionado com elevados subsídios públicos; as reparações excessivas aos crimes da ditadura etc.

E há, do outro lado da balança, os programas que têm impacto social, desde aqueles extremamente focados e eficientes, como o Bolsa

Família e o Pró-Uni; até os superonerosos e mais ineficientes, mas ainda assim com efeitos significativos, como a política de aumento real do salário mínimo e seu uso como indexador de benefícios previdenciários e sociais.

Ou seja, a complexidade de nosso problema fiscal indica que o sucesso de um possível governo Temer dependerá de um elevadíssimo nível de consenso, que permita a construção de um governo de salvação nacional do tipo “sangue suor e lágrimas”.

---

## O grande problema é que a evidência de dissenso no PMDB, associada ao sucesso da narrativa “não vai ter golpe”, sugere que Temer não fará um governo de sangue suor e lágrimas

---

Este gênero de “caretaker government” somente ocorre quando a sociedade se vê muito ameaçada, o que ainda não parece ser o caso brasileiro, apesar de toda a insatisfação com a crise econômica.

O grande problema é que a evidência de dissenso no PMDB, associada ao sucesso da narrativa “não vai ter golpe”, sugere que Temer não fará um governo de sangue suor e lágrimas. Adicionalmente, os fatos vindos a público no bojo

da Lava Jato indicam erroneamente ao cidadão informado que nossos problemas fiscais são passíveis de serem solucionados com o combate à corrupção, o que dificulta a construção de consensos em torno de uma agenda de reformas – que claramente, de uma forma ou de outra, afetará diretamente, num primeiro momento para pior, a vida de todos.

Todas essas dificuldades no caminho de um possível governo Temer bem-sucedido são de certa forma intuídas e antecipadas pelos congressistas, e, especialmente, pelo PMDB, o que talvez explique porque houve um recuo em relação ao ponto em que parecia que o impedimento já eram favas contadas. Esse mal-estar entre as forças potencialmente favoráveis a interromper o mandato de Dilma Rousseff também aponta na direção de uma articulação mais precária do que se imaginava em torno do governo Temer.

Sob esse ponto de vista, parece simplista a leitura de que Temer e o PMDB, com o apoio do PSDB, estariam prontos a assumir um mandato tampão no qual tentariam pôr em prática pelo menos parte do programa liberal e ortodoxo “Ponte para o Futuro”. Na verdade, as dúvidas que surgiram na última semana de março em relação a esta previsão otimista reduzem tanto a probabilidade de impedimento (mesmo que, no momento em que esta coluna foi escrita, o *impeachment* ainda fosse visto como o cenário-base pela maior parte dos analistas); como as perspectivas de sucesso do governo Temer, caso a presidente efetivamente seja removida do seu cargo. ■